

NOS 30 ANOS DE FUNDAÇÃO DA APEESP

Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento
Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.*
Gonçalves Dias

Honra-me o Professor Gustavo Garcia, atual presidente da APEESP, ao convidar-me para participar, com um artigo, do primeiro número da revista eletrônica da APEESP, cujo lançamento celebra, com justiça, os 30 anos de sua fundação e homenageia seu fundador, nosso querido e inesquecível Professor Mario Miguel González, meu seguro, afável e generoso orientador no Doutorado. Homenagem e celebração me (co)moveram e a aceitação não poderia ser menos que imediata e agradecida!

Impossível esquecer que, há cinco anos, quando do Simpósio comemorativo dos 25 anos de excelente trabalho prestado pela APEESP ao ensino do Espanhol e à Educação em São Paulo, e diria mesmo, por sua área de influência, em todo o Brasil, tive a honra de integrar uma mesa da qual faziam parte o Professor Mario Miguel González e o Professor Marcos Maurício Alves da Silva, então presidente da APEESP. Mais do que uma honra, para mim aqueles momentos foram um privilégio, pois me permitiram participar de uma discussão de alto nível, de uma oportuna e lúcida reflexão sobre algumas questões pertinentes à Política Lingüística como o ensino do espanhol em cursos regulares, sua contribuição para a formação cidadã dos educandos e, também, novas e velhas perspectivas no mercado de trabalho. Naquela ocasião, há cinco anos, encontrava-se em processo de implementação a lei 11.161/05, que regulamenta a obrigatoriedade da oferta da disciplina “língua espanhola” no Ensino Médio de todas as escolas do país.

Portanto, era (e continua a ser) de suma importância que se discutisse a formação dos futuros professores, a formação continuada dos que já estavam ou viriam a entrar em exercício, as expectativas do mercado de trabalho e a importância das associações nesse processo.

Bem sabemos que nossa luta pelo ensino do espanhol não se resolveu com a vigência da lei: não somos ingênuos e sabemos que Educação não se faz por meio de leis nascidas de interesses políticos, especialmente se não têm base em um estudo meticoloso que as justifique plenamente. Mas se a lei existe, cabe a nós lutar para que seja cumprida, e não escamoteada como ocorre em vários Estados. Em alguns, como São Paulo e Rio de Janeiro, não se justifica a desculpa da falta de professores, nem a aviltante situação de colocar o espanhol na nona série e uma vez por semana, como vemos acontecer com frequência. Sabemos bem que há uma nítida tendência ao apagamento do espanhol, fato nascido do desconhecimento de sua importância cultural, entre outros fatores. Se houve avanços nas Universidades que de um extremo a outro do País incluíram o espanhol em seus cursos de formação de Professores, o quadro é desalentador em muitos Estados e Municípios. A atestá-lo, no momento em que (re) escrevo este artigo, temos a carta da APEERJ à Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, o abaixo-assinado que corre pelas redes sociais, por iniciativa da APEERJ, contra a exclusão do espanhol da grade curricular da Rede Municipal do Rio de Janeiro, além da conversa que a diretoria da APEESP vem mantendo com os gestores da Secretaria Estadual de Educação. Pelo relato do terceiro encontro com o Secretário- Adjunto de Educação, este afirmou “que a SEE-SP ainda não tomou nenhuma decisão e que ainda estão em estudo as reivindicações feitas pela APEESP nas duas reuniões anteriores. Informou que há diversos obstáculos para que a Língua Espanhola seja incluída na grade curricular do Ensino Médio (EM) ou do Ensino Fundamental (EF), incluindo, entre outras, a dificuldade de inserir uma nova disciplina em grades que já estão completas e a de ter uma disciplina no EM que é facultativa ao aluno. Dessas questões depende a possibilidade de incluir a Língua Espanhola no próximo concurso para professores”¹ que deve ser realizado neste ano de 2013.

¹ Informação colhida no informe divulgado pela APEESP em relação ao 3º. Encontro da APEESP com a SEE-SP, em 27/05/2013

Enumero esses fatos relativos às duas maiores cidades do Brasil para recordar a luta constante e renhida que os professores de espanhol do Brasil vêm sendo obrigados a travar para conseguir o respeito dos responsáveis pela Educação em um País que tem em vigor uma lei do caráter da 11.161/05.

Isso posto, e porque me foi solicitado que este artigo recuperasse minha fala durante a celebração dos 25 anos da APEESP, quero retornar a um aspecto específico do Seminário de 2008: o do papel do professor de espanhol na formação cidadã do educando, tema que me interessa de maneira especial. Estou cada vez mais convencida, até mesmo pelos fatos assustadores noticiados pela imprensa, sobre o absurdo desrespeito de alunos que desafiam os professores a ponto de espancá-los, estou convencida, repito, da importância do professor no Brasil, já que a ele compete, em sua prática docente, a abertura de janelas para o mundo. Esse movimento leva o jovem a perceber-se em relação ao outro, a ver-se em um mundo dinâmico no qual ele tem um papel a desempenhar, descobrindo-se como cidadão. O compromisso de nossas Universidades com a Escola brasileira é o de preparar professores que atendam a esse objetivo maior, comprometido com o Brasil: o de formar cidadãos seja qual for sua origem.

Somente para situar a questão, nas grandes cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, o professor se vê às voltas com as perguntas: como atuar junto aos estudantes que pertencem a uma classe alta, muitas vezes preocupada em manter seus privilégios? Como motivar aos da outra margem, aos do lado cidade de deus, do lado paraisópolis, quase sempre marginalizados? Como interessar à numerosa y diversa clientela que se equilibra entre esses polos sociais antagônicos? Trata-se de um desafio urgente ao qual é preciso responder com rapidez, já que desejamos ver o direito ao conhecimento pleno e à cidadania assegurado a todos.

À Universidade corresponde oferecer possibilidades, alternativas, caminhos. Ao professor brasileiro compete, sempre, a interminável tarefa de inventar para sobreviver na carreira e na própria vida. Inventar, criar... ¿Não é esse o ofício diário do cidadão brasileiro, inventor e tecelão de sua sobrevivência? Já disse certa vez e repito agora que, tal como o galo do poema de João Cabral de Melo Neto (1966), o professor de espanhol, língua estrangeira, no Brasil, busca tecer uma nova manhã. Para isso, conta com a sensibilidade que lhe amplia a capacidade

inventiva, tanto mais necessária quando se trata do ensino de uma língua e literatura do outro, estrangeiras, e tudo o que lhes corresponde. Refiro-me ao professor em sentido amplo, ao que obtém, da matéria prima disponível, algum resultado positivo. Ao escutar uma *quena*, a flauta andina, perguntamo-nos como é possível produzir tais sons em tão precário instrumento. Pois disso se trata: da produção, a partir de quase nada, de instrumentos, ferramentas que possibilitem ao estudante descobrir o mundo e descobrir-se nesse mundo, provocação necessária, sedução que encaminha a outra descoberta, capacitando-o a ver, compreender e a crescer. Não se trata de utopia: na força de sedução da “isca” oferecida aos estudantes, repousa a possibilidade da descoberta de outros modos possíveis de ser e suas respectivas implicações éticas e morais.

Recordo, a propósito, as palavras de Paulo Freire, na *Pedagogia da Autonomia*:

Não sendo superior ou inferior a outra prática profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de responsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. É que lido com gente. Lido, independentemente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes fortes, dos educandos. Se não posso de um lado estimular os sonhos impossíveis, não devo, do outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. (FREIRE, 1996, p.162-163).

Venho de um tempo distante e vivenciei diferentes momentos do ensino do espanhol no Brasil. Sou de uma geração que se formou em uma época em que ainda se pensava nas HUMANIDADES. Conheci alguns dos professores que lutaram para organizar, implementar e difundir o ensino do espanhol no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro que era, naquela ocasião, a capital do Brasil, o Distrito Federal. A formação de professores de Letras Neolatinas, no Rio de Janeiro, vem de 1935, quando se fundou a então Universidade do Distrito Federal. Minha região foi privilegiada, pois, desde sua criação, a Universidade formou professores de espanhol. Aliás, a presença do espanhol na escola brasileira remonta ao ano de

1919², no Colégio Pedro II, escola pública federal de excelência do Rio de Janeiro, tendo o filólogo Antenor Nascentes como professor daquela disciplina, então, optativa.

É importante lembrar que, naquela época, as escolas públicas eram de alto nível como o já mencionado Colégio Pedro II, escola federal, os Institutos de Educação do Rio (e de Niterói), o Liceu Nilo Peçanha, em Niterói e o Liceu de Campos para só falar das escolas que conheci bem, além das demais escolas públicas do governo estadual do Rio de Janeiro. Os nomes dos professores do Pedro II e do Liceu Nilo Peçanha eram os dos mais conceituados filólogos, historiadores, matemáticos. Eram sábios como Ismael Coutinho, Silvio Júlio de Albuquerque e Silva, Silvio Elia, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, além do matemático e grande escritor, exímio contador de histórias e por isso mesmo grande conferencista, professor Júlio César de Melo e Souza, mais conhecido pelo pseudônimo de Malba Tahan, com que assinava suas obras, como *O Homem que calculava* (1938). Digo isso porque, além da questão da excelência do professorado da escola pública brasileira, peço licença para contar-lhes rapidamente, um pouco da luta do professor Silvio Júlio, especialista em História da América que, em sala de aula, lá pelos anos 40, insistia com seus alunos na valorização do espanhol, idioma que, segundo ele, deveria ser estudado em todas as escolas do Brasil pela importância que lhe assegurava a necessidade de um contato permanente do Brasil com as demais nações da América de língua espanhola.

Mas não é apenas isso o que me importa comentar. Era tal a ênfase que aquele professor de História da América dava à importância do Espanhol no Brasil que um de seus ex-alunos, o Professor Dalton Gonçalves, ex-professor de Física da Universidade Federal Fluminense (UFF) e também do Centro Educacional de Niterói (CEN), no momento em que decidiu criar uma escola alternativa até mesmo por sua localização inusitada: um sítio, em um bairro com características rurais, há cerca de 40 anos, optou pelo espanhol como única língua estrangeira a ser oferecida aos alunos. Na Aldeia Curumim, em Pendotiba, Niterói, desde pequenos

² Hoje esta informação está superada. Pesquisa recente da Profa. Dra. Luciana Freitas dá 1918 como o ano em que o espanhol foi introduzido na escola brasileira. A seu tempo essa informação será divulgada e esclarecida amplamente por quem de direito. Agradeço à Profa. Dra. Luciana Freitas a permissão para incluir esta nota em meu artigo.

os alunos se familiarizam com a língua espanhola. Não tardou para que outras escolas de excelente nível seguissem seu exemplo e passassem a oferecer o espanhol como língua estrangeira única, como a Escola Nossa, também no bairro de Pendotiba. Não posso deixar de render homenagem ao professor Silvio Júlio, que conheci pequenina (era amigo de meu avô e professor de meus irmãos mais velhos) e a quem voltei a encontrar, anos mais tarde, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde ele era professor do Curso de História e eu estudava Letras Neolatinas. Pensei contar-lhes essa história para fazer justiça a um grande professor e deixar constância de algo que todos conhecemos bem: a importância de um bom professor na vida de seus alunos: graças ao que ouviu e compreendeu durante as aulas de História, anos mais tarde, seu ex-aluno, agora também professor, ao criar uma escola com características inovadoras, no momento de optar pela língua estrangeira que ofereceria a seus alunos, não teve dúvidas e escolheu o espanhol. Quantas crianças, na cidade de Niterói, descobriram, cedo ainda, não só o idioma, mas também a cultura do mundo hispânico que, em sua maior parte, cerca geograficamente o Brasil! Creio ser desnecessário desenvolver comentários sobre o que essa opção significou, culturalmente, para aquela cidade.

Durante a era Vargas, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário n. 4244/42 (BRASIL, 1942), o Espanhol passou a integrar o *currículum* obrigatório brasileiro, no Segundo Ciclo do Ensino Secundário. A lei de 1942, conhecida como Reforma Capanema, voltava-se para o humanismo clássico. Por uma curiosa coincidência com fatos atuais e bem conhecidos por todos nós, por efeito de uma lei, o ensino do Latim passou a ser ministrado em sete anos: quatro no Secundário e três no Colegial. Como não havia um quadro de professores habilitados, a demanda foi suprida de modo improvisado: um ato ministerial permitia que os licenciados em Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas lecionassem Latim. Esse fato provocou a crítica do conhecido latinista, Vandick Londres da Nóbrega, para quem tal situação tornara o ensino do Latim desigual e, mesmo, insatisfatório. Vale observar, à margem da crítica de Londres da Nóbrega, que os egressos dos cursos de Neolatinas e Anglo-Germânicas cursavam Língua e Literatura Latina durante os quatro anos de Faculdade, o que lhes assegurava um

conhecimento seguro, embora lhes faltasse a formação específica em didática daquela língua.

No bojo dessa mesma lei, o Espanhol chegou ao curso Colegial, nos cursos Clássico e Científico. Segundo Picanço, (2003, p.33) o espanhol entrou, em parte, por razões estratégicas do governo Vargas, já que em 1942 o Brasil lutava na Segunda Guerra Mundial. Substituía o alemão, língua do “inimigo” e, também, das colônias do sul do Brasil que se negavam a falar português. Além disso, o espanhol era a língua de grandes clássicos da literatura, o que a colocava em um alto patamar cultural, fator essencial dentro do critério que inspirava a lei de 1942 (PICANÇO, 2003, p. 33).

Já se disse que o professor de Espanhol é um fazedor de História e de histórias. Concordo com essa afirmação, pois sou testemunha de boa parte dessa história: em boa hora juntei-me aos pioneiros para com eles aprender e ajudar a construí-la. Tive a sorte de cursar o Clássico ainda na vigência da Lei Capanema, o que me assegurou um ano de estudo do Espanhol. O livro? Era o famoso *Manual de Español* (1945)³, em sua 32ª. edição, publicada no ano de 1953. Durante anos, o livro do argentino, naturalizado brasileiro e professor da USP e da Universidade Mackenzie: Idel Bécker, foi o único livro didático de espanhol no Brasil. O texto com que entrávamos em contato com a língua espanhola dizia: “Castellano o español, ambos nombres designan esta lengua exquisita, dulce y musical, en que fue escrito el *Don Quijote*, la obra prima de la literatura universal” (Bécker, 1953, p. 22). Vinham, em seguida “Caperucita, la más bonita de mis amigas, ¿adónde va?” e “La flor del camino”, de Juan Ramón Jiménez. Quase todos nós sabíamos de cor essas páginas, de tanto lê-las e relê-las, seduzidos por sua musical beleza. Ao final das lições, havia modelos de diálogos que decorávamos, explicações e exercícios de caráter gramatical, às vezes pequenos poemas. O encantamento com os fragmentos de textos lidos e a sedução que o idioma exercia sobre mim aliados à excelência da professora que tivemos, foram, em boa parte, responsáveis pela minha decisão de ingressar no curso de Letras Neolatinas.

³ 1945 é o ano da primeira edição.

Na universidade, o rigor e a competência de nosso professor de espanhol, o mineiro de saudosa memória, Professor José Carlos Lisboa, profundo conhecedor, também, de cada um de seus alunos, despertaram a admiração e o entusiasmo que determinaram minha opção pelo espanhol. A excelência de um professor, entre tantos outros professores excelentes, a sedução exercida pelo espanhol desde os tempos do colégio me levaram a definir-me como professora de espanhol, grata atividade a que me dedico ainda hoje, apesar de aposentada oficialmente.

Costumo dizer que compreí as ações do Espanhol quando estavam fora do Mercado e não o digo para fazer alusão ao momento econômico que o mundo vive, mas porque assim classifiquei, sempre, minha certeza de que, embora desvalorizado, valia a pena lutar pelo ensino do espanhol no Brasil. Felizmente, em meu caminho, tive professores que me fizeram perceber o espanhol como formador, como elemento de transformação, como um meio que me permitia reconhecer-me no outro, no diferente, e me ajudava a conhecer melhor meu próprio país.

Quando chegou meu momento de dedicar-me ao exercício da profissão, no início da década de 60, consegui que a diretora do Centro Educacional de Niterói, uma escola experimental onde eu era professora de Português, concordasse em introduzir o Espanhol na grade de Línguas Estrangeiras, com o Inglês, o Francês e o Alemão que já eram oferecidos aos alunos. Vale a pena sublinhar o fato de que, no mesmo momento em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4023/61 (BRASIL, 1961) sugeria a oferta de pelo menos uma língua estrangeira nas escolas onde pudesse ser ensinada, uma escola de ensino fundamental e médio possibilitasse a opção entre várias línguas, entre as quais o espanhol que naquele momento estava desaparecendo da grade curricular. Como boa escola que era, o Centro Educacional de Niterói já abraçava o plurilingüismo. Valeu o esforço: foram meus alunos no CEN, no começo dos anos 70, dois conhecidos professores, educadores e pesquisadores de nossa área: Lívia Reis e o saudoso André Trouche. Ambos abraçaram, também, a causa do ensino do espanhol no Brasil, a formação de professores com presença e atuação marcante na Universidade, nos quadros da APEERJ e na fundação da ABH.

Como privilegiada que sou, escutei de minha ex-professora na Faculdade, a Professora Maria de Lourdes Martini, suas idéias sobre a necessidade de que nós, os professores de espanhol do Estado do Rio, nos organizássemos em uma associação. Com isso, eu crescia no amadurecimento dos deveres, das atribuições, dos compromissos que minha carreira acarretava para além da sala de aula. Tenho muito prazer em dizer que sou membro fundador da APEERJ, a pioneira das associações de professores de espanhol no Brasil. Participei de suas atividades durante todos esses anos e acompanhei a fundação das demais associações que foram sendo criadas. Por isso mesmo, procuro estar presente nos congressos que se celebram de dois em dois anos, um modo de manter-me informada com o que acontece pelo Brasil e de participar das decisões tomadas pela assembléia geral com que geralmente são encerrados nossos congressos.

Há uma necessidade contínua de que nos mantenhamos alertas com relação à antiga correlação entre língua e dominação para que esta última não se sobreponha ao que realmente é importante e salutar: conhecer, falar a língua do outro como uma forma de estar com o outro. Cumpre às associações de professores oferecer a seus associados a possibilidade de rever, de repensar suas práticas pedagógicas em busca de melhoria do ensino. Afinal o que se tem em mente é o desafio de todo professor, seu compromisso social. Em uma sociedade complexa como a atual, é necessário preparar o jovem educando como querem as orientações curriculares para a aprendizagem autônoma, crítica e contínua ao longo da vida. Este é um dos desafios ao qual não podemos responder de forma improvisada, mas com uma reflexão constante em relação ao oferecimento de uma educação básica de qualidade. Entenda-se a expressão: “de qualidade” como o conjunto de procedimentos que apontam para a transformação, para possibilitar ao educando aquele “salto” que o conduza à cidadania, à inclusão pela democratização das oportunidades.

Todos nós temos consciência de nosso papel na formação do cidadão, tarefa da escola brasileira. Sabemos que é função de nossas Universidades preparar professores que atendam a esse objetivo maior, inteiramente comprometido com o Brasil. E é uma das atribuições das Associações de professores facilitar o encontro da classe, tal como se faz aqui, para provocar a

reflexão sobre a prática pedagógica e questões relativas a essa atividade. Pensar e repensar a prática, seja individual ou coletivamente, propicia a convergência para o aprimoramento profissional, a construção da escola pretendida, tal como querem os PCNs do Ensino Médio. Os professores com essa dimensão de suas atribuições e atitudes são promotores e partícipes de escolas que se reconhecem como espaço de formação profissional ininterrupta, escolas que reinventam o ensino médio e a educação básica no Brasil.

Antes de começar a escrever estas linhas em que precisava alinhar meu pensamento sobre a função das associações de professores de espanhol, procurei recordar momentos expressivos de discussão política sobre o ensino do espanhol no Brasil, e foram muitos. Porém, e talvez pela sua amplitude, pelos números a que remete e pela falta de diálogo com as bases que marcou sua origem, o que mais me impressiona e preocupa é a questão da lei 11.161/2005, sancionada em 05 de agosto de 2005. O que se impõe agora não é ser contra ou a favor, mas solucionar as múltiplas questões relativas a sua efetiva aplicação.

Preocupa-me sobremaneira o perigo de que o Brasil seja visto como um todo homogêneo quando se proclama, por lei, a obrigatoriedade do oferecimento do espanhol no Ensino Médio. A diversidade característica de nossa unidade como Nação, convoca ao centro da cena todos nós que estamos comprometidos, por força da profissão e do juramento que fizemos, com a formação do cidadão brasileiro. Temos o direito e o dever de participar de um processo que não deflagramos, mas ao qual não podemos ficar alheios. E isso tem de ser feito, pela participação contínua das associações de professores, nos sinais de alerta expedidos nos sucessivos documentos de protesto e de reivindicação do direito de participar da condução do processo de implantação da lei, encaminhados aos órgãos competentes, como por exemplo a carta de Belo Horizonte⁴, de 05 de setembro de 2008, assinada pela presidente do V Congresso Brasileiro de Hispanistas e pelo então recém-eleito presidente da ABH, professores Sara Rojo e Antonio R. Esteves, respectivamente.

⁴ Recordo ao possível leitor que este artigo repete quase que inteiramente o texto de minha participação em uma mesa redonda, na celebração dos 25 anos da APEESP. Por isso, o documento citado ali, é a carta de Belo Horizonte, de setembro de 2008. Temos documentos mais recentes e igualmente importantes.

Durante o XI Congresso de Professores de Espanhol da Bahia, em 2005, ficou claro para os professores de espanhol, ali presentes, o inexplicável desconhecimento revelado por alguns membros da mesa sobre a implantação da Lei de agosto de 2005, em relação ao trabalho de quase 70 anos, das universidades públicas brasileiras na formação de professores de espanhol. Naquela mesa, presidida com correção pelo então Presidente da Associação de Professores de Pernambuco, o representante do MEC era, para nossa surpresa, um diplomata do Itamarati (aliás, uma pessoa bem intencionada, atenta e afável, como um bom diplomata deve ser). Revelava-se inexplicavelmente, naquela mesa, não sei por que artes de apagamento ou de desorganização interna do MEC, por parte de quase todos os seus integrantes, o desconhecimento dos cursos de formação de professores de espanhol das universidades públicas e privadas aqui no Brasil. Consequentemente revelava-se também o desconhecimento dos cursos de Pós-Graduação nas áreas de espanhol, língua e literatura, muitos deles cursos de excelência frequentemente submetidos à avaliação do MEC. Nossa perplexidade diante do que ouvimos ali gerou a voz de protesto que ecoou, de maneira veemente, na fala segura de dois professores dos mais respeitados em nossa comunidade: os atuantes professores Neide Maia González e Mario Miguel González, de saudosa memória. Em 2005, no XI Congresso de Professores de Espanhol, começamos a perceber o que nos aguardava no que diz respeito à execução de uma lei que nasceu sem consulta aos que teríamos de implementá-la, quer dizer, a Universidade, os professores de espanhol, nossas associações.

Recordando o autoritarismo daqueles momentos, sem conseguir esquecer as notícias surpreendentes, espetaculares, que circulavam nos jornais brasileiros e espanhóis sobre o fato de que em poucos anos o Brasil seria bilíngue (?), com a adoção do espanhol como língua obrigatória nas escolas, antes de alinhar estas linhas procurei reler as moções, documentos e cartas produzidos na esteira daquele primeiro embate, alguns dos quais vi nascer, como a carta de Cuiabá, elaborada depois das discussões ocorridas durante o excelente XII Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol. E não pude deixar de pensar no escritor M. Cavalcanti Proença, com seu Manuscrito Holandês ou *Peleja do Caboclo Mitavaí*

contra o Monstro Macobeba. (PROENÇA,1959)⁵. Esse manuscrito acabou servindo de tema a uma das escolas de samba do grupo especial do Rio. Seu samba enredo, de autoria de Azeitona, criticava a abertura dada às influências estrangeiras não só na economia como também na vida cultural do país. A principal nação influente em nosso país era, então, os Estados Unidos. Logo em seu princípio, a letra afirmava: “É tão sublime exaltar / Neste dia de folia / E cantar a odisséia de um valente brasileiro / Contra o monstro do estrangeiro / Que com todo o seu dinheiro / Quer calar a nossa voz”⁶.(AZEITONA, 1981).

Felizmente, hoje, o “caboclo” é mais bem informado, tem sua associação de classe na qual uma das finalidades é discutir as questões políticas relativas ao ensino do espanhol. Sem rechaçar a desejada e necessária contribuição dos países amigos, não abrimos mão de sermos o sujeito na defesa e condução do ensino do espanhol no processo educacional brasileiro. Por isso mesmo, o nem sempre lembrado papel das associações de professores é fundamental neste momento.

Para finalizar, e recordando Paulo Freire, repito o que já disse em outras oportunidades: é imprescindível que os que lutamos quixotesicamente nestes tempos de perplexidade para que todos tenham direito à educação asseguremos ao estudante o acesso à palavra, a espanhola em nosso caso, como instrumento de transformação. Não é utopia, mas o fruto de minha experiência. Para muitos estudantes brasileiros, o espanhol pode ser o território livre que lhes sirva para expressar seu grito de denúncia, de reivindicação e de esperança. Para isso é fundamental permitir-lhes que o descubram e se descubram nele como cidadãos brasileiros. Então, será outro tempo.

Referências

AZEITONA e parceiros. *Macobeba: O que dá pra rir dá pra chorar, samba-enredo do G.R.E.S. Unidos da Tijuca (RJ)*, 1981. Disponível na WEB em: <http://letras.mus.br/unidos-da-tijuca-rj/1614698/> Consulta em 08/03/2013.

⁵ Data da primeira edição.

⁶ Samba-enredo da Unidos da Tijuca, 1981. Enredo: Macobeba: o que dá pra rir dá pra chorar. Autores: Azeitona e parceiros.

BÉCKER, Idel (1953). *Manual de Español*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Disponível em [http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia da autonomia - paulofreire.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia%20da%20autonomia%20-%20paulofreire.pdf) (Ano da digitalização: 2002). Consulta em 03/04/2013.

Neto, João Cabral de Melo (1966). Tecendo a manhã. In *A educação pela pedra*. RJ: Editora do Autor. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/joao.html> Consulta em: 08/04/2013).

PICANÇO, D.C.L (2003). *História, memória e ensino de espanhol (1942-1990):as interfaces do ensino da língua espanhola como disciplina escolar*. Curitiba: Editora da UFPR.

PROENÇA, M.C (1990). *Manuscrito Holandês ou Peleja do Caboclo Mitavaí contra o Monstro Macobeba*. RJ, Civilização Brasileira